

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 314.459 - ES (2013/0073926-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ÁGUA MINERAL DO POTE LTDA**  
**ADVOGADO : JASSON HIBNER AMARAL E OUTRO(S) - ES017189**  
**AGRAVADO : MACHAL MINERAÇÃO ALFREDO CHAVES LTDA**  
**ADVOGADO : ALDIR MANOEL DE ALMEIDA - ES004957**  
**INTERES. : PEDRO LUIZ MISSAGIA**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **ÁGUA MINERAL DO POTE LTDA**, contra a decisão de fls. 1300/1306, e-STJ, que não admitiu o processamento de recurso especial, sob os seguintes fundamentos:

a) em relação ao dissídio jurisprudencial, incidência das Súmulas 283, 284/STF e 7/STJ;

b) no que tange à alínea *a*, aplicação das Súmulas 283/STF e 5, 7/STJ.

Na petição de agravo (fls. 1308/1325, e-STJ), o insurgente alegou, em síntese:

a) que a decisão que inadmitiu o recurso especial adentrou em seu mérito, usurpando a competência deste Tribunal Superior;

b) que os dispositivos violados foram devidamente apontados;

c) que não existe a necessidade do revolvimento fático-probatório dos autos;

d) que a violação aos dispositivos legais foi demonstrada;

e) que o cotejo analítico foi realizado;

f) que o acórdão recorrido confronta o entendimento pacífico do STJ.

Contraminuta ao agravo às fls. 1328/1332, e-STJ, onde a parte recorrente alega a incidência da Súmula 182/STF, porquanto as razões da decisão de admissibilidade não foram infirmadas.

É o relatório.

Decido.

A insurgência não merece prosperar.

**1.** Com efeito, a agravante limitou-se a renegar, genericamente, o juízo de admissibilidade realizado na origem, sem, contudo, efetivamente demonstrar a inadequação do óbice invocado.

Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

A Corte estadual negou seguimento ao reclamo sob os seguintes fundamentos:

a) em relação ao dissídio jurisprudencial, incidência das Súmulas 283, 284/STF e 7/STJ;

b) no que tange à alínea *a*, aplicação das Súmulas 283/STF e 5, 7/STJ.

Na petição de agravo (fls. 1308/1325, e-STJ), o insurgente alegou, em síntese:

**I.** que a decisão que inadmitiu o recurso especial adentrou em seu mérito, usurpando a competência deste Tribunal Superior;

II. que os dispositivos violados foram devidamente apontados;  
III. que não existe a necessidade do revolvimento fático-probatório dos autos;

IV. que a violação aos dispositivos legais foi demonstrada;  
V. que o cotejo analítico foi realizado;  
VI. que o acórdão recorrido confronta o entendimento pacífico do STJ.

Verifica-se, de plano, que a recorrente não infirmou a incidência das Súmulas 5/STJ, porquanto para alteração das premissas adoradas pelo Tribunal seria necessário o exame das cláusulas contratuais. A recorrente deixou, também, de infirmar a incidência da Súmula 283/STF, que dispõe *"é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Como é cediço, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada encontra óbice na Súmula 182/STJ e no artigo 932, III, do NCPC:

Art. 932. **Incumbe ao relator:**

(...)

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou **que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;** (grifos acrescidos)

Conforme já decidiu o STJ, *"à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a **demonstrar** que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, **não basta** que faça **alegações genéricas** em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge"* (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 26.11.2008 - grifos nossos).

E, ainda, *"Inexistindo impugnação específica ao decisum impugnado, restou desatendido o princípio da dialeticidade, motivo pelo qual incide, no caso em exame, por analogia, a Súmula n. 182/STJ: "É inviável o exame do agravo do artigo 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."* (AgRg no AgRg nos EAREsp 557.525/PR, Rel. Ministro Jorge Mussi, Corte Especial, DJe 14/12/2015)

2. Do exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator